

Caro Afranio
21.12.2010

Eu já li muito sobre o Estado, mas só realmente o compreendi quando li Hegel para quem o Estado é a expressão maior da racionalidade humana. De fato, se nós o definirmos como "o sistema constitucional-legal soberano e a administração pública que o garante", torna-se claro que é nele que materializamos a nossa razão coletiva: definimos objetivos (valores e direitos) e os meios para alcançá-los: a organização de nossa vida social e o aparelho do Estado ou administração pública).

Eu terminei recentemente dois papers sobre o Estado (em anexo) onde essas ideias estão de alguma forma presentes. Mas o argumento claro que eu fiz nesse pequeno artigo de jornal não está neles. Que tal você ler os dois papers e pensarmos em um artigo escrito a quatro mãos. Eu ficaria muito honrado em ter um antropólogo de seu nível como co-autor.

Na última vez que conversamos, o problema do meu curso a partir do dia 27 de janeiro ficou em aberto. Está agora confirmado? Eu já planejei a viagem, mas ainda não escrevi o programa, à espera de um sinal verde de sua parte.

Um abraço para você e Marie-France. Luiz Carlos

Em 21 de dezembro de 2010 04:44, <Afranio-Raul.Garcia@ehess.fr> escreveu:

Gostei Bresser, dessa "mise au point" entre instituições de coordenação econômica mais ou menos "racionais". Acho que valeria à pena desenvolver o raciocínio pois racionalidade de "sistema" é mais difícil de ser comprovada que "racionalidade" de agente. Vou até verificar, mas creio que em Economia e Sociedade, Weber só fala de racionalidade dos agentes no capitalismo. do que me lembro também foi Maurice Godelier que quis teorizar sobre "racionalidades de sistema" em seu livro de 1966 ("Racionalidade e irracionalidade em economia").

Por outro lado, do ponto de vista político, não há simetria entre Estado e sistemas de mercados formadores de preço, como analisara Polanyi. A soberania das decisões de Estado está fundada na delegação explícita do conjunto dos cidadãos, enquanto nos mercados, sobretudo nos mercados financeiros, cada agente pesa segundo sua fortuna e grau de informação, sendo que há indivíduos que participam de processos políticos mas não de certos mercados.

A coordenação de decisões não tem nos dois casos a mesma abrangência. Mas sua posição explicitada é oportuna e bem argumentada. Animei-me a comenta-la porque também a considero estimulante como debate intelectual. Aproveito para enviar o paper apresentado na AAA em New Orleans (versão curta porque todos tinham que respeitar 15 minutos).

Grande abraço a você e Vera, com votos de feliz Natal

Afrânio

Por quem é mais racional

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 19 de dezembro de 2010

Durante os 30 anos neoliberais aprendíamos que o Estado era a fonte de todos os males; que o setor privado estava sempre equilibrado porque era coordenado pelo mercado, enquanto que o Estado – regido pela política – era objeto do populismo econômico e se constituía em um obstáculo maior ao crescimento com estabilidade. Além de antidemocrática, a tese era falsa, porque as crises financeiras demonstraram através dos tempos que o mercado jamais foi capaz de controlar o comportamento especulativo dos agentes privados. E era meia verdade em relação ao Estado, porque há políticos populistas, mas a maioria é responsável fiscalmente, porque sabe que dessa responsabilidade depende sua sobrevivência.

O que não estava claro era que os grandes déficits financeiros do Estado eram devidos ao setor privado, não ao populismo dos políticos. Quando estoura uma crise bancária, o Estado, primeiro, age como prestador de última instância para socorrer os bancos, e, em seguida, aumenta seus gastos para restabelecer a demanda agregada e evitar o colapso do sistema econômico. Em consequência desses dois fatos, incorre em grande déficit público e sua dívida pública se torna muito elevada não obstante não tenha havido irresponsabilidade fiscal.

Este fato tornou-se patente em relação aos grandes países ricos na crise financeira global de 2008. Na maioria dos casos os governos estavam com suas contas equilibradas; a irresponsabilidade foi privada, e se expressou em bolhas de ativos: de imóveis, de commodities, e do mercado acionário. Quando a crise arrebentou, apenas o Estado tinha condições de socorrer o setor privado. Foi o que fez; em consequência, seu déficit público e sua dívida pública explodiram.

Estes fatos podem ser observados de maneira clara em um país pequeno como a Irlanda que, agora, está na crista da crise financeira de 2008, hoje transformada em quase-estagnação dos países ricos. O governo estava com seu déficit público sob controle, de forma que, entre 2004 e 2007, a dívida pública diminuiu de 30 para 25% do PIB. Entretanto, quando rompeu a crise e os bancos quebraram, o déficit público explodiu e, neste ano, se forem considerados os aportes aos bancos, o déficit público será de 32% do PIB! Em consequência, a dívida pública já no ano da crise subiu para 44%, em 2009 foi para 65%, e neste ano deverá alcançar 99% do PIB!

O caso é exemplar. E a crise como um todo mostra uma coisa mais geral: os governos dos Estados são mais racionais do que os agentes privados e suas empresas. Sim, mais racionais. O político toma decisões com razoável conhecimento das consequências de seus atos, enquanto que os agentes privados fazem profecias auto-realizadas ao preverem o aumento dos preços dos ativos e os comprarem. Entram, assim, em um ciclo irracional de manias, euforias e crises. Em outras palavras, as bolhas de ativos surgem, crescem e explodem porque compras de ativos promoveram a valorização prevista.

Não estou sugerindo que o mercado seja uma instituição de coordenação econômica que possamos dispensar. É insubstituível. Mas desde que permanentemente regulado e re-regulado por quem é mais racional: o Estado.